

# ENTRADAS E BANDEIRAS

**Entradas e bandeiras**, movimentos para o interior do Brasil, ocorridos durante o **período colonial**. Tradicionalmente as entradas eram caracterizadas como sendo de iniciativa oficial, predominando no século XVI e respeitando o limite do **tratado de Tordesilhas**. As bandeiras, ao contrário, seriam de iniciativa particular, com maior incidência nos séculos XVII e XVIII e ultrapassavam aquele limite.

Apesar de a explicação ser em geral válida, há exceções que mostram como houve expedições oficiais que não respeitaram a linha de Tordesilhas e, ao contrário, bandeiras que não a ultrapassaram ou foram também expedições oficiais e não privadas.

As entradas foram expedições que, partidas de pontos do litoral como **São Vicente**, **Rio de Janeiro** e **Bahia**, exploravam o interior, buscando, sobretudo, metais preciosos, sem sucesso. No século XVII a principal entrada foi a expedição de Pedro Teixeira, que, entre 1637 e 1639 explorou o **rio Amazonas** e se tornou a base da reivindicação territorial desta região por Portugal.

As bandeiras, em maior número, foram expedições que se originaram em **São Paulo**, dirigidas por experientes sertanistas e nas quais colaboravam indígenas a eles submetidos. Houve vários tipos ou "ciclos" de bandeiras: o de "**caça ao índio**", no qual se destacaram os bandeirantes **Antônio Raposo Tavares** e Manuel Preto, que consistia no apresamento de índios do interior de São Paulo e depois dos que viviam nas **missões jesuítas** (ver Jesuítas) espanholas de Guairá, Tape e Itatim; o do "sertanismo de contrato", no qual bandeirantes, como **Domingos Jorge Velho**, foram contratados pelo governo para combater o **quilombo de Palmares** e grandes rebeliões indígenas; e o do **ouro**, que consistiu na exploração das regiões auríferas de **Minas Gerais**, **Goiás** e **Mato Grosso**, e no qual se destacaram os bandeirantes **Fernão Dias Pais**, **Manuel Borba Gato**, **Bartolomeu Bueno da Silva** (o "Anhanguera") e **Pascoal Moreira Cabral**.

As principais conseqüências do movimento bandeirante foram a expansão da fronteira brasileira para territórios que pertenciam à **Espanha** pelo tratado de Tordesilhas e, com a exploração do ouro e diamantes, a fixação de populações em áreas urbanas, como as vilas de **Ouro Preto**, **Sabará**, **Mariana** e **Diamantina**, em Minas Gerais, Vila Boa, em Goiás, e Vila Bela, em Mato Grosso.<sup>1</sup>

**Brasil colonial**, o Brasil colonial originou-se da ação de três grupos étnicos, o europeu (predominantemente português), o negro e o indígena e, ainda da atuação do estado português.

## Reconhecimento da terra (1500-1532)

Após o **descobrimento do Brasil**, oficialmente, pela expedição de **Pedro Álvares Cabral**, em 1500, a nova terra foi encarada como uma reserva para futura exploração e território a ser preservado para impedir o monopólio espanhol da região. Na época, o interesse maior de **Portugal** estava no comércio com a **Índia**. Limitou-se, portanto, o governo português a enviar expedições de reconhecimento do litoral, como as de **Gaspar de Lemos** (1501) e **Gonçalo Coelho** (1503). Promoveu também o arrendamento da terra a **Fernando de Noronha**, para a exploração do **pau-brasil** (1505). Franceses e espanhóis também freqüentavam o litoral brasileiro, com os mesmos objetivos de reconhecimento e coleta de pau-

Brasil. Por este motivo, em duas ocasiões, 1516 e 1526, foram enviadas as expedições guarda-costas de **Cristóvão Jaques**, com poucos resultados.

Em 1530 o rei D. **João III**, pressionado pela crescente presença francesa, enviou a expedição de Martim Afonso de Sousa. Este navegou o litoral até o rio da Prata, tomou navios a comerciantes franceses e fundou duas vilas, Santo André e **São Vicente**, no que é hoje o estado de **São Paulo**.

### **Capitânicas Hereditárias**

A gravidade da situação fez o governo português, apesar da falta de recursos, optar pelo início da colonização em escala maior. Foi, assim, introduzido em 1534 o regime de **capitanias hereditárias**, já adotado nas ilhas do Atlântico. Por ele, o rei português dividiu a nova terra em quinze áreas, delegando funções de governo aos donatários. Estes deveriam distribuir terras (**sesmarias**) para incentivar a colonização, defender o território e zelar pelo monopólio real do pau-brasil. Em troca receberiam percentuais sobre os produtos exportados e poderiam importar **escravos**. O regime teve sucesso limitado, sobretudo, nas capitanias de São Vicente e **Pernambuco**, com a fundação de algumas vilas e o desenvolvimento do **açúcar**. Em outras a falta de recursos dos donatários, a ausência de investidores e a hostilidade dos indígenas impediu a consolidação.

### **Governo Geral**

Em 1549, foi instalado o Governo-Geral, com sede em **Salvador**, cabendo ao governador **Tomé de Sousa** organizar uma administração central na colônia, sem extinguir as capitanias. Mais tarde, em 1573, o Brasil foi dividido por alguns anos em dois governos, Salvador e **Rio de Janeiro**, na expectativa de melhorar o desempenho administrativo. Nos séculos XVII e XVIII a colônia compreendeu dois governos ou "estados", o do Brasil, com sede em Salvador até 1763 e no Rio de Janeiro a seguir e o do **Maranhão**, com sede em **São Luís**, até 1737 e depois **Belém**. De 1774 passou a existir um só governo, embora os governadores do norte, pela facilidade de comunicação, se dirigissem diretamente a Lisboa.

A expansão territorial provocou a ocupação de novas áreas, várias delas além do limite definido pelo **tratado de Tordesilhas**, gerando a criação de novas capitanias, como as do **Pará**, **Goiás**, **Mato Grosso**, Rio Negro (Amazonas) e Rio Grande do Sul. Tal expansão deveu-se a diferentes movimentos de interiorização, como as **entradas**, as **bandeiras**, as **missões religiosas**, a criação pecuarista e as fortificações militares.

### **Invasões estrangeiras**

Simultaneamente, houve conflitos com outros países que tentaram apoderar-se de parte do território colonial. Assim, ocorreram **invasões francesas** no Rio de Janeiro (1560-1567, 1710 e 1711) e no Maranhão (1612-1615), **invasões holandesas** na Bahia (1624-1625) e **Pernambuco** (1630-1654), além de ataques de corsários ingleses no litoral (século XVI), de conflitos pelo controle da foz do Amazonas (século XVII) e da guerra contra os espanhóis no sul, quando os dois países ibéricos disputaram a **colônia del Sacramento**, no atual **Uruguai**, o **Rio Grande do Sul** e a **ilha de Santa Catarina**.

### **Economia colonial**

A atividade **econômica** colonial iniciou-se pela exploração sistemática do **pau-brasil** por portugueses e franceses, instalados em feitorias no litoral e contando com a colaboração de indígenas, que derrubavam as árvores em troca de produtos europeus.

A partir da década de 1530 iniciou-se a produção sistemática de **açúcar**, com o plantio de cana-de-açúcar, a instalação de engenhos e a utilização da mão de

obra **escrava africana**. Entre 1560 e 1660, quando expandiu-se a produção antilhana, o Brasil foi o principal fornecedor mundial do produto, cuja produção ocorria em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Embora prejudicada pelo declínio dos preços após 1660, a produção de açúcar continuou a base da economia da região nordestina até o século XX.

No século XVIII a economia sofreu novo impulso com a descoberta do **ouro** em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, gerando rápida expansão desta área, o desenvolvimento do **comércio**, de cidades mineradoras e do Rio de Janeiro, principal porto escoador da **produção**. O declínio do ouro, a partir de 1760, provocou uma crise econômica, que o governo português tentou enfrentar com o fomento de novos produtos, como o **anil**, o **linho**, o **arroz** e a **cochonilha**.

A economia colonial foi caracterizada pelo predomínio da grande propriedade, da escravidão e da dependência do mercado externo, com escasso mercado interno. Os comerciantes portugueses tinham o **monopólio** do comércio, de acordo com as concepções **mercantilistas** da época, chegando a criar-se companhias monopolistas nos séculos XVII (Companhia do Brasil e do Maranhão) e XVIII (Companhias de Pernambuco e Paraíba e Grão Pará e Maranhão). Durante cerca de duzentos anos vigorou o sistema de frotas, reunindo em comboios os navios que iam e vinham para o Brasil.

### **A sociedade colonial**

A sociedade colonial embora formalmente refletisse os valores cristãos da metrópole, defendidos pela **Igreja** e pela **Inquisição**, foi fortemente **miscigenada**, tanto do ponto de vista biológico como cultural, com notável mistura de elementos portugueses, indígenas e africanos na religião, culinária, costumes, música e língua. Na sociedade do açúcar predominou uma estrutura social rígida, com os senhores de engenho e outros proprietários e comerciantes no topo e os escravos na base social, com escasso setor intermediário. Na área do ouro esta rigidez atenuou-se, com o surgimento de um setor intermediário composto de artesãos, pequenos comerciantes, pequenos agricultores e funcionários subalternos.

No final do século XVIII a colonização estava em crise, pelas dificuldades econômicas da colônia, pela divulgação das novas concepções iluministas e liberais e pela rigidez da estrutura colonial portuguesa, o que se refletiu em movimentos de insatisfação como as **conjurações mineira** (1789), **carioca** (1794) e **baiana** (1798).

Quando **Napoleão Bonaparte** decretou o **Bloqueio Continental** contra a **Inglaterra** (1806) e a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil (1808), na prática o Brasil deixou de ser uma colônia, transformado em sede do **Império Português**.<sup>2</sup>